



## PARTE B

### COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

#### Despacho n.º 23 872/2007

Nos termos do artigo 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, aprovado pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, ainda em vigor, por força do artigo 32.º, n.º 2, da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, e obtida a concordância da Comissão com a proposta do júri do concurso para provimento do cargo de nomeação intermédia de 1.º grau, é nomeado secretário, equiparado a director de serviços, o licenciado Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro, em comissão de serviço, pois que resulta do seu currículo e da entrevista pública que o mesmo é dotado de competência técnica e aptidão para exercer as funções referidas.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

4 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António José Pimpão*.

#### Sinopse curricular

Nome — Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro.

Data de nascimento — 9 de Janeiro de 1957.

Bilhete de identidade n.º 7192726, emitido em Lisboa em 16 de Dezembro de 1998.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito (1982), com a classificação final de *Bom*, e especialização em Relações Internacionais, pela então Faculdade de Ciências Humanas (hoje, Faculdade de Direito) da Universidade Católica Portuguesa;

Curso de pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica — Direito Comunitário), da referida Faculdade (curso com a duração de dois semestres lectivos, concluído em 1983-1984);

Diploma de Estudos Avançados em Comunicação Institucional e Empresarial (Teoria Geral da Informação), pela Universidade Complutense de Madrid;

Frequenta, actualmente, o programa de estudos com vista à obtenção do grau de doutor pela Universidade Complutense de Madrid, tendo já terminado a fase escolar e sido admitido à apresentação da dissertação de doutoramento, que incidirá sobre o segredo de Estado.

Experiência e Formação Profissionais Mais Relevantes:

Membro do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, tendo dado pareceres em diversos

ramos do Direito e participado em diversas acções de cooperação com os PALOP;

Fez parte de gabinetes de diversos membros do Governo, nas áreas da educação, do planeamento e da administração do território, do ambiente e recursos naturais e da cultura, tendo-lhe cabido, no exercício dessas funções, os assuntos de natureza jurídica da competência dos gabinetes, a preparação das agendas das reuniões de Conselho de Ministros e de secretários de Estado e a participação/coordenação em/de todas as iniciativas legislativas desses departamentos ministeriais;

Desde Novembro de 1998, pertence ao quadro da Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT), tendo estado afecto à sua Divisão de Relações Internacionais e, nessa qualidade, representou o Estado Português na produção de observações escritas no âmbito do processo n.º C-36/99, que então corria seus termos junto do Tribunal de Justiça da União Europeia. Na sequência de concurso, é, desde Julho de 2005, assessor do quadro da DGTT;

Desde 1 de Setembro de 1999, é, em regime de requisição, assessor jurídico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), entidade pública independente que funciona junto da Assembleia da República, cabendo-lhe o estudo aprofundado de processos, tendo em vista a elaboração de pareceres relativos a pedidos de acesso formulados pela Administração Pública ou atinentes a queixas apresentadas por particulares, a fim de verem concretizado do seu direito (constitucional) de acesso aos arquivos e registos administrativos;

Possui diversos dos cursos de formação professados, designadamente pelo Departamento de Quadros Superiores do Instituto Nacional de Administração (INA) — docência em diversas instituições de ensino superior (públicas e privadas), em várias áreas do Direito.

Trabalhos publicados:

«La conclusion et la mise en oeuvre des traités dans l'ordre juridique portugais», in *XIIIème Congrès International de Droit Comparé: Rapports Portugais*, publicado como separata do Boletim do Ministério da Justiça, 1990;

«L'influence de la Déclaration française des droits de l'homme et du citoyen (1789) sur les Constitutions portugaises», *ibidem*;

«O imperialismo cultural no tempo presente», in volume contendo os Estudos de Homenagem ao Professor Germano Marques da Silva (2004);

Nótula sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, in volume comemorativo dos Vinte Anos de Actividade Lectiva do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Edições Almedina, S. A., Coimbra, Outubro de 2005.



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado  
da Presidência do Conselho de Ministros

#### Despacho n.º 23 873/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e nos despachos n.ºs 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, autorizo a cessação de funções, a seu pedido, da licenciada em Direito Joana Filipa Mourinho Salvador como consultora do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A presente cessação produz efeitos desde 19 de Agosto de 2007.

20 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

#### Despacho n.º 23 874/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de adjunto do meu Gabinete o licenciado Gonçalo Miguel Banha Coelho, nomeado pelo despacho n.º 12 121/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1116, de 19 de Junho de 2007, a quem agradeço o grande zelo e competência com que desempenhou funções no meu Gabinete.